

**A JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL POR SEUS PRESIDENTES
1890-1960**

Paulo Paranhos

Resumo: *O artigo mostra, em linha cronológica, os Presidentes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (1890-1960), destinando a cada um deles uma pequena biografia.*

Abstract: *The article shows, in chronological line, the Presidents of Tribunal de Justiça do Distrito Federal (1890-1960), destining to each one a small biography.*

Introdução

Proclamada a República no Brasil, com a abolição dos órgãos diretamente criados pelo governo imperial¹ resguardou-se, contudo, a inviolabilidade do aparato judiciário, como mesmo expressado no Decreto n° 25 de 30 de novembro de 1890, onde se verifica, segundo os apontamentos de Lenine Nequete, que **“as funções da justiça ordinária continuarão a ser exercidas pelos órgãos até aqui existentes, com relação aos atos na plenitude dos seus efeitos, com relação às pessoas, respeitadas as vantagens e os direitos adquiridos por cada funcionário.”** (NEQUETE 1973, 12)

E o Decreto n° 210, de 20 de fevereiro de 1890,

“atendendo aos princípios garantidores da independência do Poder Judiciário, e às justas ponderações da Relação de São Paulo, que fazia sua, o Ministro da Justiça determinou que o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e assim o das Relações fossem dados por diante eleitos dentre os membros do respectivo Tribunal e por votação de seus pares, em caso algum a nomeação podendo recair no Procurador da Fazenda Nacional e Promotor da Justiça.” (Id., ib.)

A organização judiciária federal, obedecidos os princípios fundamentais da Constituição Provisória – Decreto n° 510, de 22 de junho de 1890 -, trazia uma exposição de motivos que revelava a preocupação em dar ao país

uma justiça destinada a ser efetivamente um órgão de poder com os mais elevados princípios:

“A magistratura que agora se instala no país, graças ao regime republicano, não é um instrumento cego ou mero intérprete na execução dos atos do poder legislativo. Antes de aplicar a lei cabe-lhe o direito de exame, podendo dar-lhe ou recusar-lhe sanção, se ela lhe parecer conforme ou contrária à lei orgânica. O poder de interpretar as leis, disse o honesto e sábio juiz americano, envolve necessariamente o direito de verificar se elas são conformes ou não à Constituição, e neste último caso cabe-lhe declarar que elas são nulas e sem efeito. Por esse engenhoso mecanismo consegue-se evitar que o legislador, reservando-se a faculdade da interpretação, venha a colocar-se na absurda situação de juiz em sua própria causa. É a vontade absoluta das assembléias legislativas que se extingue, nas sociedades modernas, como se hão extinguido as doutrinas do arbítrio soberano do poder executivo. A função do liberalismo no passado foi opor um limite ao poder violento dos reis; o dever do liberalismo na época atual é opor um limite ao poder ilimitado dos parlamentos. Essa missão histórica incumbe, sem dúvida, ao poder judiciário, tal como o arquitetam poucos povos contemporâneos e se acha consagrado no presente decreto.” (citado por NEQUETE, Id., 13)

É de se notar a influência positivista que grassava no seio dos republicanos de 1889, perpassados pela independência do judiciário sem o **“arbítrio soberano do poder executivo”**, conforme enfatizava a mensagem.

Veio, então, a Constituição de 24 de fevereiro de 1891, dando ampla autonomia aos Estados federados para se organizarem em suas estruturas políticas e administrativas. Relativamente à Justiça, diante da competência legislativa outorgada aos Estados, passou a constituir-se de várias formas pelas diversas unidades: Tribunais de Apelação nas capitais (Superior Tribunal de Justiça, Tribunal da Relação, Tribunal de Justiça, Superior Tribunal e Tribunal Superior de Justiça); juízes de direito; juízes municipais; tribunais do júri e juízes de paz.

Assim, distintamente, temos a Justiça do Distrito Federal² e a Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A primeira organizada pelo Decreto nº 1030, de 14 de novembro de 1890, ainda na vigência do Governo Provisório, da seguinte forma: Corte de Apelação, com doze Desembargadores nomeados pelo Tribunal Civil e Criminal (2/3 por antiguidade e 1/3 por merecimento); Pretores, Juntas Correccionais³; Juiz dos Feitos da Fazenda Municipal; Tribunal Civil e Criminal e Tribunal do Júri.

A 7 de março de 1891, o Decreto nº 7, dando providências para a instalação dos Tribunais e Juízes do Distrito Federal, determina que a Corte de Apelação e o Tribunal Civil e Criminal⁴ instalar-se-iam no dia 9, às 11 horas da manhã, cada qual sob a presidência do mais antigo dos juízes respectivos, que, perante o Ministro da Justiça, faria a promessa solene de “**bem cumprir os deveres do cargo**”. Ao juiz da Corte de Apelação foi fixado um auxílio “**não excedente a 1.000\$000.**”

Seguindo a determinação contida naquele decreto, no dia 9 de março de 1891, no salão nobre do Supremo Tribunal Federal, à Rua do Lavradio nº 42⁵ sob a Presidência do Desembargador Pindahyba de Matos, juiz mais antigo da Relação do Rio de Janeiro, já tendo feito a promessa de “bem cumprir os deveres de seu cargo”, instalava-se a Corte de Apelação do Distrito Federal, sendo, na ocasião, empossados os demais membros: Antonio de Souza Martins; Francisco de Faria Lemos; Esperidião Elói de Barros Pimentel; Antonio Joaquim Rodrigues; José Alves de Azevedo Magalhães; Luiz Antonio Fernandes Pinheiro; Bento Luiz de Oliveira Lisboa; Guilherme Cordeiro Coelho Cintra; Manoel José Espínola; Antonio Augusto Ribeiro de Almeida e Antonio Joaquim de Macedo Soares.

Compunha-se o Tribunal de Apelação do Distrito Federal de doze Desembargadores, sendo eleito, na oportunidade, Francisco de Faria Lemos como Presidente e Eduardo Pindahyba de Matos, como Vice-Presidente.

Em 31 de março de 1891, a Corte de Apelação aprovaria o seu primeiro Regimento Interno, sendo relator da matéria o Desembargador Bento Luiz de Oliveira Lisboa.

Quanto à segunda, em 9 de abril de 1892 seria promulgada a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, garantindo ao Poder Judiciário, com sede na Capital (a cidade de Niterói), os seguintes órgãos: Tribunal de Apelação, com quinze Desembargadores; Juízes de Direito, com jurisdição nas Comarcas; Juízes Municipais, com jurisdição nos municípios; o Ministério Público; o Tribunal do Júri; o Tribunal Correccional e os Juízes de Paz⁶.

Presidentes da Corte de Apelação do Distrito Federal:**EDUARDO PINDAHYBA DE MATOS****(1891 a 1893)**

Nasceu no Maranhão, em 11 de outubro de 1831. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda em 1851.

Juiz Municipal e de Órfãos de Itaguaí, a partir de 16 de janeiro de 1854, sendo removido, posteriormente, para Mangaratiba em 1855. Por nomeação de 12 de julho de 1858 foi promovido ao cargo de Juiz de Direito da Comarca de Mogi-Mirim, em São Paulo. Voltando à magistratura no Rio de Janeiro, foi Juiz de Direito em Rezende, em 1868 e em Barra Mansa, em 1874.

Nomeado Desembargador da Relação do Ceará em 27 de julho de 1878, sendo removido para a Corte em 18 de abril de 1880, sendo seu Presidente de 1891 a 1893. Nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, em 19 de novembro de 1894, onde se aposentou em 27 de dezembro de 1910.

Fora da magistratura, foi Chefe de Polícia no Rio Grande do Sul, em 1859; em Minas Gerais, em 1862; no Espírito Santo, em 1863; em Pernambuco, em 1865; no Rio de Janeiro, em 1868 e na Corte em 1879. Vice-Presidente da Província do Espírito Santo em 1863. Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro em 1867, tendo por três vezes assumido a Presidência da mesma⁷. Possuía o título do Conselho, agraciado pelo Imperador D. Pedro II.

Faleceu em Petrópolis, em 20 de fevereiro de 1913.

CASSIANO CÂNDIDO TAVARES BASTOS**(1894 e 1907)**

Nasceu em Alagoas, em 1844. Bacharelou-se na Faculdade do Largo do São Francisco, em 1866. Filho de José Tavares Bastos e Rosa Cândido Araújo Tavares Bastos. Antes de ingressar na magistratura, exerceu funções diplomáticas, sendo nomeado em 1866 adido à missão especial brasileira à Bolívia. No Peru, foi secretário da legação brasileira.

Promotor Público no Espírito Santo e Chefe de Polícia naquela mesma província. Também foi Chefe de Polícia em Alagoas, por onde, inclusive, foi Senador em 1890.

Na magistratura, exerceu o cargo de Juiz de Direito no Ceará e em São Paulo. Nomeado Desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal, com posse em 8 de novembro de 1894. Foi seu Presidente nos anos de 1894 e 1907.

Deixou obras *como Consolidação das leis sobre organização judiciária; Guia dos delegados e subdelegados de polícia; Processo das execuções civis, comerciais e hipotecárias; Registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos.*

Faleceu no Rio de Janeiro.

JOSÉ CESÁRIO DE MIRANDA RIBEIRO

(1894-1895)

Deste magistrado pouco sabemos. Empossado no cargo de Desembargador em 8 de novembro de 1894, tendo sido Presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal no final de 1894 e princípios de 1895.

ANTONIO JOAQUIM RODRIGUES

(1895 a 1904)

Assim como o anterior, também poucas informações possuímos. Foi empossado como Desembargador da Corte de Apelação em 9 de março de 1891, tendo exercido a presidência do Tribunal de 1895 a 1904. Aposentado no cargo em 26 de janeiro de 1905.

LUIZ ANTONIO FERNANDES PINHEIRO

(1905)

Tomou posse como Desembargador da Corte de Apelação em 9 de março de 1891. Foi presidente do mesmo Tribunal a partir de 30 de janeiro de 1905.

GUILHERME CORDEIRO COELHO CINTRA**(1905-1906)**

Tomou posse no cargo de Desembargador da Corte de Apelação em 9 de março de 1891, tendo exercido a presidência da mesma Corte no final do ano de 1905 e princípios de 1906.

AGOSTINHO DE CARVALHO DIAS LIMA**(1906)**

Tomou posse como Desembargador do Tribunal de Apelação em 17 de junho de 1892.

Ao cargo de Presidente do mesmo Tribunal foi promovido em meados de 1906.

HENRIQUE JOÃO DODSWORTH**(1907)**

Empossado no cargo de Desembargador em 21 de outubro de 1896. Exerceu a Presidência da Corte de Apelação no ano de 1907.

ANTONIO FERREIRA DE SOUZA PITANGA**(1908-1909)**

Nascido na Bahia, em 2 de março de 1850. Bacharelou-se em Direito no Recife, em 1891. Iniciou sua carreira pública como Promotor Público em Ilhéus, no período de 1872 a 1878, quando pediu exoneração do cargo e passou a advogar até o ano de 1880.

Foi, posteriormente, nomeado Juiz de Direito de Curitiba, Santa Catarina, por ato de 22 de setembro de 1880, onde criou o foro civil do Termo de Campos Novos. Também exerceu funções na Comarca de Limoeiro, em Pernambuco, onde foi o primeiro magistrado a proferir uma sentença declarando livre uma família escrava por filiação desconhecida.

Removido para Fortaleza, em 1889, galgando, a seguir, em 1890, o Tribunal Civil e Criminal da Corte, onde se notabilizou pelo julgamento de

desfalques nos Telégrafos. Nomeado Desembargador da Corte de Apelação em 12 de maio de 1897, veio a ser seu Presidente em 1908 e 1909.

Membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por decisão de 22 de junho de 1910 e, posteriormente, sócio benemérito. Publicou várias obras, destacando-se aqui a mais famosa: *A pena de açoites*, de 1889.

Faleceu no Rio de Janeiro em 11 de novembro de 1918.

JOÃO DA COSTA LIMA DRUMMOND

(1908 e 1910)

Nascido em 1865, no Rio de Janeiro. Bacharelou-se na Faculdade do Largo de São Francisco, em 1888. Considerado um dos mais eloquentes e aplaudidos oradores de seu tempo. Foi Professor de Notariado da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde exerceu as funções, inclusive, de diretor da mesma.

Nomeado 2º Pretor em 26 de novembro de 1890, Sub-Procurador do Distrito Federal, por ato de 15 de outubro de 1894 e chegou ao cargo de Juiz do Tribunal Civil e Criminal em 1897.

Nomeado Desembargador da Corte de Apelação em 5 de setembro de 1898, veio a ser seu Presidente nos anos de 1908 e 1910, sendo que nesse ano foi aprovado, pelo Decreto 8332, de 3 de novembro o Código de Processo Civil e Comercial do Distrito Federal.

Faleceu no ano de 1914, no Rio de Janeiro.

AFFONSO LOPES DE MIRANDA

(1911)

Teve sua posse como Desembargador no Tribunal de Apelação do Distrito Federal em 18 de junho de 1900.

Presidente do mesmo Tribunal no exercício de 1911, quando foram fixados, mais precisamente em 18 de janeiro de 1911, os novos vencimentos da magistratura do Distrito Federal. Anualmente, os Desembargadores da Corte de Apelação passariam a perceber de ordenado 29:250\$000 e tendo direito o Presidente à representação de 1:200\$000.

Ainda em sua administração, o Decreto nº 9263, de 28 de dezembro de 1911 reorganizaria a Justiça do Distrito Federal, aumentando para quinze o número de desembargadores e três Câmaras.

ATAULPHO NÁPOLES DE PAIVA

(1912; 1926 e 1930)

Nascido em Rio Claro, no Estado do Rio de Janeiro, em 1º de fevereiro de 1885. Filho de Joaquim Pinto de Paiva e Feliciano Rosa do Vale Paiva. Concluiu o bacharelado em Direito no ano de 1887 na Faculdade do Largo de São Francisco, São Paulo. Advogado em Barra Mansa até a nomeação para Juiz Municipal da Comarca de Pindamonhangaba. Em 26 de novembro de 1890 foi nomeado 13º Pretor da Justiça do Distrito Federal. Em 12 de maio de 1897, “**por sua grande capacidade de magistrado e cultor do Direito**”, foi nomeado Juiz do Tribunal Civil e Criminal do Distrito Federal. Ao cargo de Desembargador da Corte de Apelação foi promovido em 30 de janeiro de 1905.

Coube-lhe a Presidência daquele Tribunal nos anos de 1912, 1928 e 1930, sendo que em 1928 foi responsável pela mudança e instalação da Justiça para novas dependências.

Foi Presidente do Conselho Nacional do Trabalho; tomou assento no Congresso Internacional de Direito Comparado, onde foi eleito Vice-Presidente. Membro da Academia Brasileira de Letras, tendo sido, inclusive, seu Presidente; fundador da Liga Brasileira Contra a Tuberculose e do Preventório D. Amélia, na ilha de Paquetá, no Rio de Janeiro.

Durante sua administração foi instituído o Código de Menores, pela Lei nº 5053, de 1º de dezembro de 1926, além de ter sido modificada a organização judiciária pelo Decreto nº 5053, de 6 de novembro de 1926, passando o Tribunal a se constituir de vinte e dois Desembargadores, com três Câmaras: uma de apelações criminais; uma de agravos e a terceira de apelações cíveis.

É também na sua administração inaugurado solenemente o Palácio da Justiça do Distrito Federal, em 7 de novembro de 1926, à rua Dom Manuel nº 29. A iniciativa da sua construção coube ao Ministro da Justiça do Governo Epitácio Pessoa, Dr. Alfredo Pinto Vieira de Melo, sendo seu construtor o Engenheiro Leopoldo Melo Cunha. As obras foram iniciadas em 1922 e na ata de inauguração aparecem os nomes dos Desembargadores Nabuco de

Abreu, Celso Guimarães, Alfredo Russel, Elviro Carrilho, Machado Guimarães, Ovídio Romeiro, Carvalho Melo, Francelino Guimarães, Angra de Oliveira, Morais Sarmiento, Sampaio Viana, Cesário Alvim, Souza Gomes, Costa Ribeiro e o Presidente Ataulpho de Paiva.

Nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, em 5 de abril de 1934, tendo-se aposentado em 16 de dezembro de 1937.

Além de várias condecorações com que foi agraciado, Nápoles de Paiva exerceu o cargo de Presidente do Conselho Nacional do Serviço Social.

Faleceu no Rio de Janeiro em 8 de maio de 1955.

CELSO APRÍGIO GUIMARÃES

(1913 e 1927)

Filho de Aprígio Justiniano da Silva Guimarães, nasceu no Recife em 1859. Bacharelou-se em 1882, tendo ingressado na magistratura como 16º Pretor, por ato de 26 de novembro de 1890. Foi 1º Pretor em 12 de fevereiro de 1892 e Juiz Municipal das Comarcas de Maricá e Araruama. Nomeado Juiz de Direito de Santo Inácio do Pinheiro, no Maranhão, de onde saiu para o Tribunal Civil e Criminal do Rio de Janeiro em 1896.

Foi representante do Tribunal no Congresso Jurídico Americano, no Rio de Janeiro, por ocasião das comemorações do 4º Centenário do Descobrimento do Brasil, em 1900.

Nomeado ao cargo de Desembargador da Corte de Apelação em 31 de outubro de 1905. Foi seu Presidente nos anos de 1913 e 1927.

No dia 3 de janeiro de 1927 foi instalado no Palácio da Justiça, à Rua D. Manoel nº 29, o Tribunal do Júri do Distrito Federal, sob a presidência do Dr. Edgard Costa. O júri funcionara anteriormente na Casa da Câmara, no pavimento superior do Aljube (prisão situada à Rua da Prainha).

No dia 10 de janeiro de 1927 realizar-se-ia o primeiro julgamento na nova sede, ocupando a tribuna como promotor o Dr. Murilo Fontainha e como defensor o Dr. Evaristo de Moraes, tendo sido julgado José da Luz Ferreira, condenado a 4 anos de prisão, por tentativa de homicídio.

PEDRO DE ALCÂNTARA NABUCO DE ABREU**(1914; 1929; 1931-1932)**

Nasceu no Rio de Janeiro, em 19 de outubro de 1865, filho de Eduardo Augusto Pereira de Abreu e Rita Tomazico Nabuco de Abreu.

Foi Promotor Público a partir de 23 de janeiro de 1889, sendo nomeado Juiz Substituto em 30 de abril de 1890. Ao cargo de Juiz de Direito chegou em 18 de junho de 1900. Nomeado Desembargador em 5 de junho de 1907. Foi eleito Presidente da Corte de Apelação para os anos de 1914; 1929 e para o biênio 1931-1932.

Durante sua gestão foi reorganizada a Corte de Apelação do Distrito Federal, passando a se constituir de 22 desembargadores em 6 Câmaras. Nessa reforma limitaram-se as férias dos magistrados e membros do Ministério Público em 45 dias.

Ainda sob sua administração, foi instalado o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, pela Lei nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. A instalação solene deu-se a 20 de maio do mesmo ano, funcionando no edifício do Supremo Tribunal, até a sua transferência para a Rua D. Manuel, na sede do antigo Almirantado. A primeira composição do Tribunal Superior Eleitoral: Presidente: Ministro Hermenegildo de Barros; Vice-Presidente: José Soriano de Souza Filho; Procurador Geral: Des. Renato de Carvalho Tavares; Juízes Carvalho Mourão, José Linhares, Afonso Pena Junior, Prudente de Moraes Filho e Afonso Celso.

Pedro de Alcântara Nabuco de Abreu aposentou-se em 10 de maio de 1937, e veio a falecer em São Paulo em 30 de março de 1942.

VIRGÍLIO DE SÁ PEREIRA**(1915 a 1917)**

Nascido em Barreiros, Pernambuco, aos 26 de junho de 1871, bacharelado-se no Recife, em 1895.

Trabalhou no jornal “O Paiz” a convite de Quintino Bocaiúva, e logo depois, a convite de Campos Sales, então Presidente da República, foi diretor de “O Correio Paulistano”.

Nomeado juiz da 9ª Pretoria do Distrito Federal, em 10 de março de 1899; posteriormente, Delegado de Polícia em 1902. Juiz da 3ª Vara Crimi-

nal, a partir de 26 de janeiro de 1905; da 1ª Vara Cível, por ato de 29 de dezembro de 1905; da 1ª Vara de Órfãos e Ausentes, por decreto de 17 de novembro de 1908 e Juiz da 1ª Vara de Apelação do Distrito Federal em 1912.

Foi Desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal por ato de 31 de maio de 1912, sendo seu Presidente nos anos de 1915 a 1917, como um dos mais moços a ocupar o cargo.

Jurista emérito, notável professor de Direito, estes eram os seus principais atributos. Autor de *Os dois generais*; *Questões de Direito*; *Direito de Família*, sendo ainda responsável pela publicação das teorias de Gobineau e Chamberlain⁸ pela primeira vez no Brasil. Em 1926 foi contratado pelo governo federal para elaborar o Código Penal, que concluiu em 1929.

Aposentado por ato de 20 de fevereiro de 1931 e faleceu no Rio de Janeiro em 21 de setembro de 1934.

CAETANO PINTO DE MIRANDA MONTENEGRO

(1918 a 1926 e 1928)

Foi 7º Pretor da Justiça do Distrito Federal, por ato de 26 de novembro de 1890. Juiz do Tribunal Civil e Criminal, em 30 de janeiro de 1892. Ao cargo de Desembargador foi promovido em 26 de janeiro de 1905. Exerceu a presidência da Corte de Apelação de 1918 a 1926 e em 1928.

Durante sua administração foi reorganizada a Justiça do Distrito Federal, pelo Decreto nº 16.273, de 20 de novembro de 1923, de autoria do Juiz Chrisólyto de Gusmão, aumentando-se a justiça em mais 2 juízos de direito e uma pretoria criminal, além da criação de um juízo específico para o alistamento eleitoral. Aumentava-se, também, o número de Desembargadores da Corte, com conseqüente aumento do número de Câmaras⁹. No anteprojeto do novo código levou-se em consideração, por aquele magistrado, procedimentos adotados nas Justiças da Áustria, Itália, Alemanha e França, modernizando o aparelho judicial brasileiro.

ELVIRO CARRILHO DA FONSECA E SILVA

(1933-1934)

Nascido em Ceará-Mirim, no Estado do Rio Grande do Norte, em 10 de setembro de 1868, era filho de João da Fonseca e Silva e Francisca Carri-

lho da Fonseca e Silva. Nomeado para o primeiro cargo público em 10 de maio de 1897, como 10º Pretor do Distrito Federal, passando, posteriormente, por ato de 5 de junho de 1907 ao cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal. Em 9 de janeiro de 1911 assumiu o exercício da 2ª Vara de Comércio (posteriormente 5ª Vara Cível). Atuou, também, na 2ª Vara de Órfãos e Ausentes, por ato de 7 de outubro de 1912. Ao cargo de Desembargador foi nomeado por ato de 5 de junho de 1914, sendo Presidente do Tribunal no biênio 1933-1934¹⁰.

Pelo Aviso nº 83, do Ministério da Justiça, de 24 de março de 1930, foi incumbido de estudar na Europa a organização dos institutos de justiça popular e rápida nos moldes dos *Conseils des Prudhommes*.¹¹

Sua administração ainda é marcada pela promulgação da Constituição de 16 de julho de 1934, sendo consagrado ao Poder Judiciário o Capítulo IV, dos artigos 63 ao 87.

Elviro Carrilho faleceu em 7 de agosto de 1942.

CESÁRIO DA SILVA PEREIRA

(1935-1936)

Nascido em 18 de agosto de 1876, em São José do Barreiro, São Paulo, filho de Virgílio da Silva Pereira e Porcina de Magalhães Pereira. Assumiu, em 9 de outubro de 1912, o cargo de Juiz de Direito da 6ª Vara Criminal. Em 29 de janeiro de 1924 foi nomeado Desembargador, sendo Presidente do Tribunal no biênio 1935-1936, eleito em sessão de 28 de novembro de 1934.

Em sua administração a Lei nº 256, de 28 de setembro de 1936, regularia as nomeações e promoções na Justiça do Distrito Federal. Seriam feitas as promoções alternadamente por merecimento e antiguidade quando as vagas competissem aos juízes da classe imediatamente anterior, mediante lista tríplice organizada pela Corte de Apelação; no primeiro caso dentre os que ocupassem os lugares de maior antiguidade, correspondente à metade do número total de juízes da mesma classe. Seria preenchida por advogado ou membro do Ministério Público, a vaga de juiz da Corte de Apelação sempre que em consequência da mesma vaga o número de juízes do Tribunal, provindo das classes de advogados ou do Ministério Público, ficasse reduzido a menos de um quinto do total. A partir de 1º de fevereiro de 1939 a aposentadoria compulsória verificar-se-ia ao completar o juiz 68 anos de idade.

Cesário Pereira aposentou-se em 29 de novembro de 1941.

LUIZ GUEDES DE MORAES SARMENTO

(1937)

Nasceu no Rio de Janeiro, em 25 de setembro de 1869, sendo filho de Luiz Guedes de Moraes Sarmiento e Joaquim Azambuja de Moraes Sarmiento. Adjunto de Promotor, em 12 de março de 1892, chegou ao cargo de Procurador-Geral do Distrito Federal, por ato de 26 de janeiro de 1905. A Desembargador foi promovido em 28 de janeiro de 1924, sendo Presidente da Corte de Apelação no biênio 1937-1938, que não chegou a terminar¹², visto ter sido aposentado em 22 de novembro de 1937, passando o cargo ao seu 1º Vice-Presidente, o Desembargador Vicente Ferreira da Costa Piragibe.

VICENTE FERREIRA DA COSTA PIRAGIBE

(1937 a 1940)

Nasceu no Rio de Janeiro, em 2 de junho de 1879, filho de Alfredo Piragibe e Cândida Maria do Carmo Ferreira Piragibe.

Nomeado Desembargador em 11 de novembro de 1926, foi eleito Vice-Presidente do Tribunal para o biênio 1937-1938. Em 27 de novembro de 1937, porém, assumiu o exercício da Presidência em substituição ao Desembargador Luiz Guedes de Moraes Sarmiento, tendo sido reconduzido ao cargo por mais 2 anos.

Em sua administração são marcantes o aparecimento do Código de Processo Civil, pelo Decreto nº 1608, de 18 de setembro de 1939; a promulgação do Código Penal, em sessão solene no salão das sessões do Tribunal de Apelação (Decreto nº 2848, de 7 de dezembro de 1940).

Com a presença do Presidente Getúlio Vargas, foram inauguradas as instalações do Pretório do Distrito Federal, à rua D. Manuel, em 8 de dezembro de 1938.

Ainda nesta administração foram abolidas, na Justiça do Distrito Federal, as férias forenses coletivas. Os juízes, incluindo os desembargadores, os membros do Ministério Público e os funcionários auxiliares da Justiça, pagos pelos cofres públicos, gozariam anualmente de 30 dias úteis consecutivos de férias individuais, não podendo gozá-las, a um só tempo, mais de

3 magistrados de cada grau, ou mais de 2 membros do Ministério Público, de cada categoria – Decreto-lei nº 1070, de 24 de janeiro de 1939.

Também aí foi criado o cargo de Corregedor da Justiça do Distrito Federal, pelo Decreto nº 803, de 24 de outubro de 1938, que seria exercido por um membro do Tribunal de Apelação, eleito em sua última sessão do mês de dezembro, podendo ser reeleito por uma vez, servindo, de princípio, por um ano. Para ocupar o cargo pela primeira vez no Distrito Federal, foi nomeado o Desembargador Edgard Costa. Com o aparecimento do cargo de Corregedor da Justiça ficava automaticamente extinta a Comissão Disciplinar de Justiça.

Vicente Piragibe aposentou-se em 7 de junho de 1949.

ALVARO GOULART DE OLIVEIRA

(1941-1942)

Nascido em 4 de setembro de 1882, na cidade do Rio de Janeiro, era filho de Inácio Goulart de Oliveira e Carlota Rosa de Oliveira. Bacharel em Letras, no ano de 1901 e, posteriormente, em Direito, em 1906, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro.

Em 25 de abril de 1918 foi nomeado 5º Promotor Público, sendo, posteriormente, Procurador-Geral do Distrito Federal, em 11 de maio de 1931. Nomeado Desembargador em 17 de outubro de 1933, foi Presidente do Tribunal no biênio 1941-1942.

Membro da Comissão de Cooperação Intelectual do Distrito Federal; Vice-Presidente da Sociedade de Cultura Artística do Rio de Janeiro; escreveu obras como *Acidentes no Trabalho*; *Exercício Ilegal da Medicina*; *O Problema do Automobilismo no Brasil* e outras.

Membro da Sociedade de Criminologia do Distrito Federal. Nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal por decreto presidencial de 6 de abril de 1942. Faleceu em 28 de maio de 1950.

ALVARO BITTENCOURT BERFORD**(1942)**

Nasceu em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em 10 de dezembro de 1883, filho de Antonio de Salles Nunes Berford e Maria Annunciada Bittencourt Berford.

Foi, a partir de 6 de outubro de 1911, 8º Pretor da Justiça do Distrito Federal, sendo, posteriormente, 3º Pretor Criminal em 28 de dezembro de 1911; 1º Pretor Cível a partir de 26 de dezembro de 1913 e Juiz de Direito da 6ª Vara Criminal por ato de 4 de fevereiro de 1920. Removido, após, para a 3ª Vara Criminal, por decreto de 2 de junho de 1921 e para a 1ª Vara Cível em 3 de fevereiro de 1927. A Desembargador foi promovido em 6 de novembro de 1933. Eleito Vice-Presidente do Tribunal de Apelação para o biênio 1941-1942, assumindo a Presidência de 15 de abril a 31 de dezembro de 1942 por ter sido o então Presidente Goulart de Oliveira nomeado para o Supremo Tribunal Federal.

Aposentado no cargo de Desembargador por ato de 16 de fevereiro de 1951.

EDGARD COSTA**(1943 a 1945)**

Nascido na cidade de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro, em 27 de fevereiro de 1887, filho de Paulino José Gomes da Costa e Cândida Nina Gomes da Costa. Bacharelou-se, em 1909, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro.

Foi Diretor do Instituto Félix Pacheco, no período de 1907 a 1911, instituindo o registro de identificação (carteira de identidade), sendo o portador da nº 1.

Em 11 de abril de 1917 foi nomeado Juiz da 7ª Pretoria Criminal do Distrito Federal. Promovido, por merecimento, ao cargo de Juiz de Direito da 6ª Vara Criminal, em 14 de maio de 1924, foi o 1º Presidente do Tribunal do Júri do Distrito Federal, instalado no Palácio da Justiça em 1927.

Promovido por merecimento ao cargo de Desembargador em 26 de março de 1934, sendo indicado para o desempenho das funções de Corregedor da Justiça que se criava em 1938 no Distrito Federal.

Eleito Presidente do Tribunal para o biênio 1943-1944, foi reconduzido para 1945-1946, não concluindo o mandato por ter sido nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, em 1º de novembro de 1945.

Aposentou-se neste último cargo em 19 de janeiro de 1957, falecendo no Rio de Janeiro em 12 de julho de 1970.

Edgard Costa foi um dos mais eminentes magistrados da República brasileira. Chegou a ser aclamado com o título honorífico de *Desembargador do Brasil*, em 1943, na 1ª Conferência de Desembargadores do Brasil, onde se estudou a legislação penal brasileira. Foi, por várias vezes, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, onde se destacou pelas reformas eleitorais postas em prática.

Fundador da Associação dos Magistrados Brasileiros, foi seu primeiro presidente (1951-1953) e Vice-Presidente da União Internacional dos Magistrados, com sede em Roma. Autor de vasta literatura, destacando-se *Efemérides Judiciárias; Jurisprudência Criminal; A Legislação Eleitoral Brasileira*. Agraciado com a Ordem do Mérito Judiciário; Mérito Rio Branco; Duque de Caxias-Pacificador; Mérito da Segurança do Trabalho e muitas outras.

São do período de sua administração a instalação, no Palácio da Justiça, da Conferência de Desembargadores convocada sob os auspícios do Governo Federal, composta de delegados dos Tribunais de todo o país, com a finalidade de assentar normas exegéticas para a aplicação uniforme da nova legislação penal da República – o Código Penal e o Código de Processo Penal. Os representantes do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro foram, respectivamente, os Desembargadores Edgard Costa, Alvaro Ferreira Pinto e Ivair Nogueira Itagiba. Ainda nesse período são criados no Tribunal de Justiça do Distrito Federal 9 lugares de desembargador, recompondo-se as atribuições das Câmaras, que sofreram aumento.

PRESIDENTES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL:**JOSÉ ANTONIO NOGUEIRA****(1945-1946)**

Nascido em Silvestre Ferraz, Estado de Minas Gerais, em 9 de novembro de 1882, filho de Luiz Antonio Nogueira e Deolinda de Noronha Nogueira.

Nomeado Juiz de Direito da 6ª Vara Cível, por ato de 26 de fevereiro de 1924. Aposentado em 20 de fevereiro de 1931, tendo revertido ao serviço ativo por ato de 18 de maio de 1932, passando a funcionar na 4ª Vara Cível. Passou à 1ª Vara de Órfãos e Ausentes por ato de 26 de janeiro de 1936.

Ao cargo de Desembargador foi promovido em 6 de dezembro de 1937. Em sessão de 12 de novembro de 1945 foi eleito para a Presidência do Tribunal “devendo ficar até 31 de dezembro de 1946”.

Durante sua administração, foi criado pelo Decreto nº 9739, de 4 de setembro de 1946, o emblema de juiz, com as seguintes características:

“botão de ouro, de forma circular, anverso em 16 mm de diâmetro, circulado em ouro, contornado por filas de café cinzeladas, tendo ao centro o mapa do Brasil, em branco sobre campo azul, coberto pela balança da justiça; verso com 13 mm de diâmetro, tendo em relevo as armas da República, encimando a palavra magistrado; privativo dos que exercem funções judiciais e dos inativos que a tenham exercido.”

Ainda nessa fase, a 18 de setembro de 1946, foi promulgada a nova Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil e ao Poder Judiciário estava consagrado o Capítulo IV e aos Estados a Seção VI, Título II, art. 124. Importante a ser destacado é que a Corte de Apelação do Distrito Federal e os Tribunais de Apelação estaduais passavam a denominar-se Tribunal de Justiça.

José Nogueira faleceu em 31 de julho de 1947.

AUGUSTO SABOIA DA SILVA LIMA**(1947-1948)**

Nascido na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, em 31 de março de 1894, filho de Augusto Pereira da Silva Lima e Julieta Saboia Lima. Bacharelou-se em Direito no ano de 1915, na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro.

De 1º de março de 1918 a 31 de maio de 1922 exerceu as funções de Juiz Municipal da Comarca de Conquista, em Minas Gerais, estado onde viria a exercer também as suas primeiras funções de Juiz de Direito, tendo ali ficado até 15 de fevereiro de 1924, nas Comarcas de Palma e São João Nepomuceno.

Já no Distrito Federal, foi nomeado Pretor Criminal, assumindo a 2ª Pretoria em fevereiro de 1924, passando, posteriormente, ao cargo de Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal, em 14 de abril de 1930. Foi, dentre outras titularidades que exerceu, Juiz de Menores do Distrito Federal, em 1936, tendo sido designado para integrar a comissão responsável pela elaboração do anteprojeto do Código de Menores, que viria a ser posto em execução no governo Vargas.

Promovido, por merecimento, ao cargo de desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal em 15 de março de 1939, exerceria a presidência do Tribunal de Justiça no biênio 1947-1948.

Benemérito de várias instituições ligadas ao menor, foi designado, através da Portaria Presidencial nº 11.698, de 19 de março de 1946, representante especial do governo federal na Legião Brasileira de Assistência (LBA). Professor catedrático da Faculdade Católica de Direito de Petrópolis e da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Membro da subcomissão legislativa encarregada da reforma da Lei de Falências; membro da Seção Brasileira do *Comite Juridique Internacional d'Aviation* que organizou o projeto do Código Brasileiro do Ar; membro da Academia Petropolitana de Letras; sócio fundador e ex-presidente do Instituto Brasileiro de Cultura, da Sociedade Jurídica Santo Ivo e da Sociedade Alberto Torres.

Deixou obras como *Idéias de educação*; *Cristo e a Justiça*; *Divórcio e contrato matrimonial*; *Infância desamparada*; *A missão de julgar*; *Alberto Torres e sua obra* (vol. 43, da Coleção Brasileira); *A educação e o ensino rural*; *Proteção à infância desvalida* e muitas outras, a maioria versando sobre a causa do menor abandonado, de quem foi incansável defensor e pro-

tetor, com a construção de patronatos em Bemposta, Rio das Flores, Barão de Juparanã, todos no Estado do Rio de Janeiro e na própria cidade do Rio de Janeiro.

Aposentado no cargo de desembargador em 26 de novembro de 1958; faleceu no Rio de Janeiro em 15 de dezembro de 1963.

ADELMAR TAVARES DA SILVA CAVALCANTI

(1949-1950)

Nascido na cidade do Recife em 16 de fevereiro de 1888, filho de Francisco Tavares da Silva Cavalcanti e Maria Cândida Tavares.

Foi Adjunto de Promotor Público do Distrito Federal, em 9 de agosto de 1910; Curador de Resíduos do Distrito Federal, em 10 de abril de 1918 e Desembargador em 2 de maio de 1940.

Nomeado Presidente do Tribunal de Justiça para o biênio 1949-1950, em sessão de 27 de dezembro de 1948.

Com apenas 19 anos de idade publicou seu primeiro livro: *Descantes* (trovas), seguindo-se *Luz dos meus olhos*; *Noite cheia de estrelas*; *Um ramo de cantigas* e muitos outros.

Adelmar Tavares era essencialmente um poeta. Professor de Direito da Faculdade de Niterói; em 1926 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, considerado como o “**rei da trova**” no Brasil.

Aposentado em 10 de outubro de 1955, veio a falecer no Rio de Janeiro em 20 de julho de 1963.

Na administração de Adelmar Tavares, o Distrito Federal conheceria uma nova organização judiciária determinada pelo Decreto nº 1301, de 28 de dezembro de 1950. Ainda sob sua presidência foi instalada no Rio de Janeiro a Associação de Magistrados Brasileiros, em solenidade presidida pelo Ministro Laudo de Almeida Camargo (então Presidente do Supremo Tribunal Federal), que empossou no cargo de Presidente daquela Associação o Ministro Edgard Costa, sendo os demais membros:

1º Vice-Presidente –	Afrânio Costa
2º Vice-Presidente –	Augusto Saboia Lima
3º Vice-Presidente –	Sydenham de Lima Ribeiro
1º Secretário –	Juiz Milton Barcelos

2º Secretário – Auditor Mario Berredo Leal
1º Tesoureiro – Florêncio de Abreu
2º Tesoureiro – Juiz Tostes Malta

Na oportunidade, o Ministro Edgard Costa diria que

“se a justiça é, como a religião, a língua, as tendências e as aspirações comuns, um dos elos mais poderosos da nacionalidade, fortalecê-la pela sua união será contribuir para a maior unidade espiritual da Pátria. É o que busca a nossa Associação, surgindo num momento em que essa coesão constitui um imperativo da própria sobrevivência da nacionalidade, alicerçada naqueles princípios que em todos os tempos presidiram os nossos sentimentos de liberdade, de paz e de fraternidade.” (COSTA 1961, 471)

ANTONIO RODOLPHO TOSCANO ESPÍNOLA

(1951-1952)

Nascido na Paraíba, em 25 de junho de 1891, filho de Alfredo Deodato d’Andrade Espínola e Eugênia Toscano Espínola. Seu primeiro cargo público foi o de 6º Adjunto de Promotor Público, em 7 de junho de 1922. Nomeado Juiz de Direito em 23 de novembro de 1933, com exercício na 7ª Vara Criminal. Foi conduzido ao cargo de Desembargador, por antiguidade, em 2 de dezembro de 1941. Presidiu o Tribunal de Justiça no biênio 1951-1952.

Aposentado em 22 de setembro de 1955, faleceu no Rio de Janeiro em 30 de maio de 1968.

ARY DE AZEVEDO FRANCO

(1953-1954)

Nascido em Vassouras, Estado do Rio de Janeiro, em 21 de março de 1900, filho de Francisco da Silva Franco e Honorina Antunes de Azevedo Franco.

Pretor da 3ª Pretoria Criminal, em 2 de abril de 1928. Promovido a Juiz de Direito, foi Presidente do Tribunal do Júri até 17 de janeiro de 1946. Promovido, por merecimento, ao cargo de Desembargador em 12 de janeiro de 1946. Foi Presidente do Tribunal de Justiça no biênio 1953-1954 e do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal de 1951 a 1954.

Nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, em 31 de janeiro de 1956, na vaga deixada por José Linhares, que exercera, interinamente, a Presidência da República, vaga com a saída de Getúlio Vargas em 1945.

Professor de Direito Penal da Faculdade Nacional de Direito (UFRJ), a partir de 1931. Catedrático de Direito Judiciário Penal da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde foi diretor no biênio 1942-1943. Representante do Brasil no 2º Congresso Latino-Americano de Criminologia, em Santiago do Chile, no ano de 1941.

Autor de *Aspectos legais e sociais da contravenção e vadiagem; Livramento condicional; O júri no Estado Novo; Dicionário de jurisprudência civil* e muitas outras obras.

Faleceu no Rio de Janeiro em 17 de julho de 1963.

MIGUEL MARIA DE SERPA LOPES

(1955-1956)

Filho de Firmo da Cunha Lopes e Julia de Serpa Lopes, nasceu em Maceió em 3 de agosto de 1898.

Foi Adjunto do 2º Promotor Público na cidade de Maceió, em 6 de maio de 1919. Em 7 de julho de 1931 nomeado Juiz da 1ª Pretoria Criminal, sendo posteriormente removido para a 4ª e a 3ª Pretorias Cíveis, em 1936. Promovido, por merecimento, ao cargo de Juiz de Direito da 8ª Vara Criminal e a Desembargador, também por merecimento, em 29 de abril de 1946. Foi eleito, em sessão de 27 de dezembro de 1954, Presidente do Tribunal para o biênio 1955-1956.

ROMÃO CÔRTEZ DE LACERDA

(1957-1958)

Nascido em Leopoldina, Minas Gerais, em 22 de outubro de 1901, filho de Alberto Gama de Castro Lacerda e Natalina Côrtes de Lacerda. Antes de ingressar na magistratura, exerceu as funções de Professor de Economia, Legislação e Contabilidade Rural da Escola Normal de Leopoldina, além de ser Professor catedrático de Noções Gerais de Direito Público e Privado da mesma escola, tudo no período de 1929 a 1935. Foi, de 1935 a 1937, diretor da Imprensa Oficial de Minas Gerais.

Procurador-Geral do Estado de Minas Gerais, em 9 de setembro de 1937. No Distrito Federal também exerceu as funções no Ministério Público, onde foi 7º Promotor Público, nomeado em 8 de maio de 1940 e chegando ao cargo de Procurador-Geral em 21 de maio de 1940.

Nomeado Desembargador em 23 de junho de 1949, foi eleito Presidente do Tribunal para o biênio 1957-1958.

Faleceu no Rio de Janeiro em 19 de março de 1965.

HOMERO BRASILIENSE SOARES DE PINHO

(1959-1960)

Natural de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, nasceu em 26 de junho de 1898, filho de Antonio Soares de Pinho Junior e Maria José de Gouvêa Pinho.

Foi Prefeito da cidade de Niterói, no período de 4 de setembro de 1923 a 23 de junho de 1924. Exerceu as funções de Curador de Órfãos, Resíduos e Ausentes, em Niterói, no ano de 1929.

Professor catedrático de Direito Constitucional da Faculdade de Niterói, no período de 30 de dezembro de 1929 a 17 de janeiro de 1934. Nomeado 8º Pretor Criminal do Distrito Federal, em 15 de janeiro de 1934, sendo promovido a Juiz de Direito da 9ª Vara Cível em 5 de março de 1940. Ao cargo de Desembargador foi promovido, por antigüidade, em 20 de abril de 1951. Em sessão de 29 de dezembro de 1958 foi eleito Presidente do Tribunal para o biênio 1959-1960, tendo sido o último Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

Designado para supervisionar as obras de construção do novo Palácio da Justiça, por ato de 27 de julho de 1964.

Aposentado no cargo em 26 de junho de 1968, veio a falecer em 25 de março de 1975.

NOTAS:

1. Foram declarados extintos *ex-officio*.
2. Não confundir com o Supremo Tribunal Federal, criado por força das disposições do Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890, que substituiria o Supremo Tribunal de

Justiça. Sua instalação deu-se, oficialmente, a 28 de fevereiro de 1891, às 13 horas, no edifício da Relação do Rio de Janeiro, à Rua do Lavradio nº 42, em sessão solene presidida pelo Visconde de Sabará (João Evangelista de Negreiros Saião Lobato). Ainda do referido tribunal que se instalava fizeram parte os Conselheiros João Antonio de Araujo Freitas Henriques, Tristão Alencar de Araripe, João José de Andrade Pinto, Olegário Herculano d'Aquino e Castro, Joaquim Francisco de Faria, Ignácio José de Mendonça Uchoa, Luiz Corrêa de Queiroz Barros, Antonio de Souza Mendes, Ovídio Fernandes Trigo de Loureiro, Joaquim da Costa Barradas, José Julio de Albuquerque Barros (Barão de Sobral) e os Desembargadores Henrique Pereira de Lucena (Barão de Lucena) e Luiz Antonio Pereira Franco (Barão de Pereira Franco) e o Juiz Joaquim de Toledo Pizza e Almeida. Eleito Presidente Olegário Herculano d'Aquino e Castro. Compunha-se, desta forma, de 15 Ministros vitalícios, sendo este número reduzido para 11, por força do Decreto nº 19.656, de 3 de fevereiro de 1931. A Constituição de 1934 daria ao órgão a denominação de “Corte Suprema”, que prevaleceu somente até a Constituição de 1937, quando lhe foi devolvido o nome original.

3. Uma espécie de pequeno júri, para julgamento sumário de questões que não demandassem julgamento pelos tribunais superiores.

4. O Tribunal Civil e Criminal é o embrião dos Tribunais de Alçada (hoje extintos).

5. É interessante observar que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ocupou, por algum tempo, o prédio da Rua do Passeio nº 44, que em 1808 abrigou a Imprensa Régia criada por D. João VI no Brasil. Essa imprensa foi instalada na casa do Conde da Barca, Conselheiro do Regente e onde foi impresso o primeiro jornal do Rio de Janeiro: *A Gazeta do Rio de Janeiro*, primórdios do atual Diário Oficial..

6. Sobre a História do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro publiquei a obra “A Justiça em Niterói, juízes e tribunais (1819-1975)”, pela Zen Gráfica Editora, no ano de 1995.

7. Assumiu a Presidência da Província do Rio de Janeiro, por renúncia do Presidente Tomás Gomes dos Santos; posteriormente assumiu em substituição a Américo Brasi-liense de Almeida e Melo, que passou ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, em 22 de julho de 1868.

8. O Conde Gobineau, diplomata francês do século XIX, é uma figura controvertida na História, a partir de suas teorias sobre a evolução das espécies, entendendo que haveria uma hierarquia racial, do que se aproveitariam os adeptos do pangermanismo, principalmente a Alemanha de Adolph Hitler. Já Chamberlain, diplomata inglês, foi o responsável pela política de distensão no quadro da Liga das Nações (antecessora da ONU), principalmente no que respeita aos confrontos bélicos.

9. O Dr. Chrysólito de Gusmão, após aquela reforma, foi promovido ao cargo de Juiz de Direito da 8ª Vara Criminal, vindo a falecer em 22 de março de 1928, aos 37 anos de idade. Foi autor do clássico da literatura jurídica *Dos crimes sexuais*.

10.O Decreto nº 24.236, de 14 de maio de 1934, em sua administração, dispôs sobre as vestes talares dos desembargadores da Corte de Apelação do Distrito Federal: **“beca cor preta, com punhos de renda e pendente da gola uma gravata branca, faixa da mesma cor e capelo, também de cor preta, de veludo com dois cordões circulares de cor vermelha; capa de cor preta, com as abas frontais ajustadas por meio de cordões de cor vermelha, terminados em borlas da mesma cor.”**

11.*Mutatis mutandis*, é o nosso atual Juizado de Pequenas Causas.

12.Em sua administração seria outorgada a Constituição do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

COSTA, Edgard. *Efemérides judiciárias*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1961.

LAGO, Laurênio. *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal*. dados biográficos (1828-1978). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

LIVRO DE ATAS do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara.

LIVRO DE POSSE dos Desembargadores, Juízes e Funcionários do Distrito Federal.

NEQUETE, Lenine. *O Poder Judiciário no Brasil a partir da independência*. Porto Alegre: Sulina, 1973. v.2

SILVA, Paulo R. Paranhos da. *Rio de Janeiro – 240 anos de justiça*. Niterói: Imprensa Oficial, 1990.

_____. Coord. *Catálogo de desembargadores da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1751-1991)*. Rio de Janeiro: Imprensa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 1991.

<p>O autor é historiador e museólogo; Presidente da Academia Teresopolitana de Letras e da Academia de Letras, Artes e Ciências dos Lions Clubes do Rio de Janeiro; membro do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal e do Conselho Municipal de Cultura da cidade de Teresópolis – RJ.</p>
--